

Autoextermínio: um ato (in)consciente?

Lílian Ramires Costa*

Mônica Baêta Neves Pereira Diniz**

*Ela se jogou da janela do quinto andar, nada fácil de entender...****

Resumo

Neste artigo, trazemos um ponto de vista sobre o autoextermínio, estruturando-o como um diálogo entre as concepções de (in)consciente, racionalidade, espelhamento e afeto. Para tanto, tomamos por base as teorias de Nagel (2005), Mari (2021), Durkheim (2000), Mari e Silveira (2021), tal como os estudos de Freitas (1989), Aragão Neto (2019), Arcoverde e Soares (2012), entre outros, observando aspectos relevantes sobre a (in)consciência e sua associação com o suicídio, bem como confrontando-o a situações da realidade, ponderando se uma pessoa, ao praticar (concretamente) o autoextermínio, estaria consciente (ou não) de sua ação. Justificamos esta pesquisa por nossa incontida dúvida de ser ou não possível iluminar esse território desconhecido que nos chamou a atenção e nos instigou na feitura deste texto. Não apontamos conclusões definitivas para nossas discussões, mas abrimos a mente a novas possibilidades de análise acerca do tema, assim como apresentamos contribuições para o desenvolvimento de uma rica reflexão, posto que em nossos achados tanto é possível que o autoextermínio seja um ato consciente quanto inconsciente.

Palavras-chave: Autoextermínio; consciência; racionalidade; espelhamento; afeto.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3619-528X>.

** Doutoranda do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7687-2038>.

*** *Pais e Filhos*, letra e música de autoria de Eduardo Dutra Villa Lobos, Marcelo Augusto Bonfá e Renato Manfredini Júnior (nome artístico Renato Russo). Canção do álbum “As Quatro Estações” – quarto álbum de estúdio da banda de rock brasileira Legião Urbana, lançado em 1989.

Autoexterminio: ¿Un Acto (In) Consciente?

Ella se tiró de la ventana del quinto piso, nada fácil de comprender...

Resumen

En este artículo, traemos un punto de vista acerca del autoexterminio, estructurando a él como un diálogo entre las concepciones de (in)consciente, racionalidad, espejamiento y afecto. Para eso, sobre la base de las teorías de Nagel (2005), Mari (2021), Mari & Silveira (2021), Durkheim (2000), así como estudios de Freitas (1989), Arcoverde & Soares (2012), Aragão Neto (2019), en medio a otros, observando aspectos relevantes acerca de la (in)consciencia y su asociación con el suicidio, así como confrontando a situaciones de la realidad, ponderando si una persona, al practicar (concretamente) el autoexterminio sería consciente (o no) de su acción. Justificamos esta investigación por nuestra incontenible duda de que sea o no posible iluminar este territorio desconocido que llamó nuestra atención y nos instigó en la redacción de este texto. No apuntamos a conclusiones definitivas para nuestras discusiones, pero abrimos la mente a nuevas posibilidades de análisis acerca del tema, así como presentamos aportes al desarrollo de una rica reflexión, ya que en nuestros hallazgos es posible que el autoexterminio sea un acto consciente o inconsciente.

Palabras clave: Autoexterminio; consciencia; racionalidad; espejamiento; afecto.

Recebido em 30/04/2022. // Aceito em 01/10/2022.

Introdução

Thomas Nagel (2005), em seu instigante texto *Como é ser um morcego?*¹, foi o autor que inicialmente deflagrou em nós algumas ponderações e discussões, quando assevera, no início de seu trabalho, que hoje ainda não temos nenhuma ideia, não somos capazes de conceber, com clareza, uma explicação em termos físicos para o fenômeno mental. Nas palavras do analista do discurso Hugo Mari (2021), esse texto é uma reflexão sobre as possibilidades de acesso à experienciação de um sujeito, acesso esse promovido pelo experienciador ou por outro sujeito que o observa. E, ainda discorrendo sobre o texto, Mari assinala com propriedade seus aspectos mais relevantes e apresenta autores que refletiram sobre uma teoria da consciência. Fala-nos, ainda, que, em algum momento da existência de um organismo, ao agir, esta ação passou pelo processo da consciência.

Vale ressaltar que, sobressaindo-se em meio às reflexões e produções textuais estudadas, e sendo motivadora do presente trabalho, a asserção de Mari e Silveira (2021) aborda que:

[...] a consciência não é uma questão simples, porque estaríamos diante de nós mesmos, olhando nossa imagem refletida num suposto espelho, tentando desvendar segredos de nossa existência, sem que esse espelho seja capaz de revelar uma parte essencial do que somos e que permanece nas sombras. (MARI e SILVEIRA, 2021).

Mari e Silveira (2021) estão pareados com o filósofo da ciência David John Chalmers (1998, p. 10), citado por Sousa (2017, p. 237), pois: “quando pensamos e percebemos, há

¹ O artigo “What Is It Like to Be a Bat?”, escrito por Thomas Nagel, foi originalmente publicado em: *The Philosophical Review* LXXXIII, 4, p. 435-450, out. 1974.

uma grande quantidade de processamento de informação, mas também há um aspecto subjetivo”. E corroboram tais aspectos as palavras de Sousa (2017, p. 235) de “que a ciência empírica ainda não deu conta dos mistérios que envolvem o aspecto fenomênico da consciência”.

Sousa (2017, p. 237) explicita os estudos de Chalmers na área e o aponta como sendo quem introduziu, em 1995, “um elemento novo no debate sobre a consciência”. De modo que é a incontida dúvida de ser ou não possível iluminar esse “território” desconhecido que nos chamou a atenção e nos instigou nesta escrita. Por isso, na sequência reflexiva e valendo-nos de estudos embasados, abordaremos outro dorido aspecto da existência humana – o autoextermínio –, a dialogar com algumas assertivas trazidas pelos autores destacados, respaldadas por estudos multidisciplinares publicados.

Se a consciência “ainda é esse território um tanto sombrio a requerer luz” (MARI e SILVEIRA, 2021), as apreciações aqui externadas também tratam de um campo que motiva e movimentava inúmeros autores, de distintos campos do saber, a refletir sobre suas causas – todos, no entanto, ainda distantes do encontro certo de respostas, como bem aponta Sousa (2017, p. 242) em seu artigo “O dualismo mente-corpo compatível com a concepção científica do mundo no pensamento de Chalmers”, no qual disserta sobre as teorias de Chalmers acerca do tema: “há uma busca por respostas para aquilo que ainda permanece um mistério”.

Portanto, é sobre a convergência dessas incertezas e no diálogo com as ponderações sobre a (in)consciência e o que permeia (ou não) o ato de um(uma) suicida que este artigo se estrutura.

No afã de tentarmos iluminar esse território (ainda) desconhecido e, quiçá, apontar possíveis caminhos – ainda que não seja por meio das respostas que muitos buscam, mas tendo por respaldo Damásio (1994), Pereira Júnior (1994), Freitas (1989), autores que discutem o tema na atualidade, bem como os gregos que a pensaram como razão, espírito, intelecto –, trabalhamos neste artigo de tal forma a sentirmo-nos aptas a responder à pergunta que dá título a este trabalho, promovendo a articulação entre: a) consciência; b) autoextermínio (e suas prováveis causas); c) inconsciência e os itens anteriores; d) racionalidade; e) afetividade; f) emoção.

Consciência

Segundo Jacqueline Russ (1994), a definição geral do termo “consciência” vem do latim *conscientia*, significando conhecimento partilhado com um outro. No sentido psicológico e intelectual, é o conhecimento, a intuição ou o sentimento – parcialmente claro e nítido – que o sujeito possui de si, de seus estados e de seus atos; quanto ao sentido moral, é a capacidade humana de aquilatar, avaliar, mensurar o certo e o errado, formular juízos éticos sobre o bem e o mal.

Como “dado imediato”, Gérard Durozoi e André Roussel (1993) indicam no Dicionário de Filosofia que o vocábulo “consciência” define a “presença vivida do indivíduo em si mesmo, com relação ao mundo”. Esses autores afirmam que, enquanto a filosofia clássica considera naturalmente o indivíduo consciente “transparente para si mesmo”, a reflexão contemporânea, desde o século XIX, contesta esse domínio do espírito sobre o conjunto de suas emoções.

Neste século XXI, a temática a respeito do suicídio propagou-se como um desafio para a compreensão humana, ainda abarcando uma perspectiva quase consensual da dificuldade de seu tratamento; e, para além das correntes filosóficas, é estudada por disciplinas técnico-científicas, tais como Medicina Legal, Perícia em locais de suicídio etc.

A atividade consciente é complexa, abrangendo a percepção, a cognição, a emoção (o afeto) e a ação; outras, no entanto, integram as abordagens feitas sobre o tema e focalizam uma dessas funções; outras, por sua vez, integram as abordagens – como mostram os estudos de Sousa (2017) e Pereira Júnior (2017), citados à frente.

Conforme Mari (2021), entre os estudiosos do consciente ou da mente-corpo, há os que apontam os processos conscientes, os quais são alcançados apenas pelo sujeito que o experiencia; e há outros que afirmam que esse obstáculo pode ser transposto por meio da exposição do relato para outro sujeito, permitindo-se, assim, a imaginação da experiência na perspectiva da primeira pessoa (o experienciador, ou seja, *per si*), por ele.

Sousa (2017), ao explicitar seus estudos de Chalmers, faz-nos ver a dualidade mente-corpo nos problemas da consciência apontados pelo pesquisador. Vejamos:

Chalmers considera que os “fáceis” problemas [da] consciência são respondidos pela psicologia e neurociência e que as diversas pesquisas atuais sobre a consciência estão todas voltadas para os problemas “fáceis”. Esses problemas envolvem a capacidade de explicar como discriminamos, categorizamos e reagimos a estímulos ambientais, como ocorre a reportabilidade dos estados mentais, a capacidade de um sistema de acessar seus próprios estados internos, a distinção entre sono e vigília etc. Para Chalmers, há uma multiplicidade de abordagens e experimentos

empíricos que oferecem explicações apropriadas para uma grande demanda de questionamentos, mas todos eles envolvendo apenas problemas que estão inseridos no problema “fácil” da consciência. (grifos nossos) (SOUSA, 2017, p. 237-238).

Ainda segundo Sousa (2017), a grande diferença nos estudos de Chalmers em relação aos demais (como por exemplo, António R. Damásio² ou Osório R. Santos³), que têm como escopo a busca dos mistérios da consciência, reside no fato de Chalmers ter trazido à luz o que denomina de “problema difícil da consciência”, conceito que “envolve o porquê de nossas experiências neurológicas virem acompanhadas por uma vivência interna” (p. 237); portanto, há uma “dificuldade de explicar as sensações qualitativas, comumente designadas por qualias⁴ (qualidades fenomênicas)”.

Concomitantemente, Sousa (2017) segue nos explicando que, para Chalmers, “os mais recentes trabalhos que tentam abordar questões acerca da consciência não conseguem dar conta da parte mais difícil do problema por meio de métodos reducionistas”, fazendo, então, com que seja dada uma direção para o que vem a ser “problema difícil” em se tratando de consciência, ou seja, para ser explicado “problema difícil” implica lidarmos com “estados qualitativos da experiência, os qualias [lembrando que] a ciência e a filosofia ainda não foram capazes de nos dar uma explicação satisfatória para a noção de qualia”. (p. 238).

Mari (2021) destaca o pensamento de Nagel no texto mencionado na Introdução (“Como é ser um morcego?”), o

2 Que reuniu suas ideias em um livro lançado em 2010, *Self comes to mind: constructing the conscious mind*, traduzido ao português como *E o cérebro criou o homem*, publicado em 2011.

3 Psicanalista e autor do livro *Acaso premeditado: ensaio sobre a consciência e o mistério da vida* (publicado em 2021).

4 Qualia é um termo usado na Filosofia que define as qualidades subjetivas das experiências mentais conscientes.

qual coloca a questão da consciência imbricada com a relação mente/corpo, levando a discussão atual para o campo dos processos neurofisiológicos, de modo que o debate sobre os processos mentais os coloca emnexo causal com os estados cerebrais, intervindo no comportamento humano. Segundo Mari (2021), Nagel não discorda integralmente de tal posição, mas é contundente ao defender que os componentes de ordem subjetiva sejam avaliados, discordando do enfoque prevalecente da objetividade e do reducionismo.

Outro ponto relevante para o diálogo aqui proposto é a assertiva de Nagel (1974), destacando autores que descartam as emoções como estados conscientes, e a reflexão de Mari (2021) sobre não existir unanimidade quanto a esse entendimento, porque tais estados mentais se cruzam, também, com estados não intencionais. E, especificamente nesse aspecto, Mari (2021) está ratificando o que Sousa (2017) e Chalmers nos apontam acerca do “problema difícil” – cunhado por Chalmers. Explicita-se no texto de Sousa (2017) que o “problema difícil” é aquele que “questiona o aspecto causal de nossa consciência, ou seja, [reflete] como um processo físico pode causar experiências subjetivas e se há possibilidade de um inconsciente autônomo executar processos cerebrais”. (SOUSA, 2017, p. 237).

Outro enfoque de interesse é trazido por Pereira Jr. (2021), ao destacar que a maior parte da atividade cerebral é inconsciente e as teorias neurobiológicas da consciência precisam apresentar critérios que diferenciem os mecanismos dos processos conscientes dos relativos aos processos inconscientes, ou seja, os tipos de funções cerebrais que suportam os processos conscientes. Segundo o autor, estudos foram realizados mostrando que, durante a evolução das espécies, o funcionamento cerebral veio

se processando de forma distribuída entre cada subsistema, não existindo, assim, uma sede para a consciência; há que se “considerar a complexidade estrutural e funcional do cérebro” (PEREIRA JR., 2021, p. 11).

Sousa (2017, p. 242) nos diz que “para resolvermos questões difíceis sobre a consciência devemos nos basear na ciência empírica, na filosofia e na própria intuição”, como o fez Damásio (1994) em seus estudos, os quais resultaram na obra *O erro de Descartes – emoção, razão e o cérebro humano*, citada à frente.

Segundo Mondin (1980), a reflexão filosófica sobre o corpo humano está presente em quase toda a história do nosso pensamento; à exceção dos existencialistas, os filósofos não consideram o corpo em si mesmo, vendo-o sempre em relação com a alma. O corpo é uma realidade física, material, mas ele não pode ser reduzido a uma “coisa”, a uma máquina com leis mecânicas calculáveis – “entendimento” que durante um período vigorou, levando os estudiosos a aplicarem sobre ele, corpo, o método experimental (a partir de Descartes até Pavlov e Watson), apropriado ao estudo de coisas materiais.

Desde o início do século XX, são reconhecidas, consoante Mondin (1980), além da forma científica do saber, a existência de formas extracientíficas, como as compreensivas, antes das explicativas. E, seguindo o exemplo de Wilhelm Christian Ludwig Dilthey, nas discussões filosóficas, há a distinção entre o “explicar” (*erklären*) e o “compreender” (*verstehen*), o reconhecimento de que “para a natureza pode dar-se uma explicação, mas afirma-se que a vida pode ser somente compreendida” (MONDIN, 1980, p. 15). Ademais, acrescentaríamos, nos moldes do que explicita Chalmers, citado por Sousa (2017): a vida pode ser também

experienciada e esse é exatamente o ponto fulcral para se alcançar os meandros da consciência humana, em seus aspectos não mensuráveis pela neurociência ou formas outras do saber contemporâneo.

Seguindo com Mondin (1980), temos que a aplicação dos distintos métodos para o estudo do corpo deu gênese a, também, dois enfoques sobre o fenômeno da corporeidade: a consideração científica que o estuda como objeto, como corpo situado no mundo, e a fenomenológica, que considera como o corpo é sentido, experimentado, vivido.

Em decorrência desses enfoques, no estudo da somaticidade (retomando a expressão *homo somaticus*⁵ do tempo de São Paulo e Filão Alexandrino) dois aspectos devem ser considerados: o corpo como realidade física que se descobre em sua “estrutura coisal objetiva” e o “vivido imediato da consciência”, uma estrutura próxima da subjetividade operante no seu relacionamento com o mundo. Assim, investiga-se o corpo sob o prisma científico e fenomenológico. E, em se tratando de aspectos fenomênicos, Chalmers (1995), citado por Sousa (2017), teoriza – para além dos processos físicos – também os estados mentais; portanto, Chalmers vai ao ponto da consciência e do que chama de “difícil problema”, que é alcançar o ponto *hard* da consciência humana, explicá-la sem ter a concretude que é possível no que denomina de “fácil problema”. Este último (“fácil problema”), abrangendo tudo que é realizado e passível de uma verificação no sentido físico da pesquisa sobre a mente humana.

Quanto ao corpo humano, este é um mecanismo perfeito, “tanto no conjunto quanto em suas partes singulares”; dotado de um poder de desenvolvimento, o homem maneja e adentra seu

⁵ O ser humano enquanto corporeidade.

corpo, tornando-o apto a movimentos admiráveis, capacitando-o a transformar o mundo. Entretanto, ao contrário dos animais que já nascem dotados de uma intuição e especialização de atividades, o homem, do ponto de vista fisiológico e psicológico, chega ao mundo carente das garantias perante as situações da natureza e só consegue se desenvolver porque possui o cérebro, elemento fisiológico que lhe permite a superação dessa carência, sendo o fator de equilíbrio biológico. O cérebro permite ao homem, superando a carência mencionada, realizar diversas funções, como a mundanização, individuação, autocompreensão, entre outras, sendo a somaticidade componente fundamental do existir, do viver, do conhecer, do desejar, do fazer, do ter etc. O corpo é, portanto, parte essencial do homem, instrumento para o conhecimento sensitivo, mas a contribuição da somaticidade ao conhecimento (função gnosiológica) é muito vasta e necessária para a autoconsciência: o sentimento fundamental que nós possuímos do nosso ser (MONDIN, 1980).

A pré-compreensão do mundo por meio do corpo apresenta aspectos complementares e inversos: o homem olha e interpreta o mundo por meio de sua estrutura corpórea, mas é marcado por ele: “os campos marcam profundamente o modo de agir do camponês, o mesmo faz o mar com o marinheiro, a montanha com o alpinista etc.” (MONDIN, 1980, p. 35). Há uma troca duradoura e substancial entre eles. Conforme assevera Barbotin (1970), citado por Mondin (1980, p. 35), o corpo é mediador entre o “eu” e o mundo das coisas, lugar de encontro entre a consciência e o universo dos objetos. O que nos leva a ter experiências distintas, ainda que estejamos no mesmo ambiente e passando por situações semelhantes.

Outra função que integra a somaticidade é a ascética; a vida do homem tem um componente místico, contemplativo, espiritual. A experiência cotidiana coloca o homem no exercício de vários hábitos adquiridos com seu corpo. O hábito somático leva o homem a desenvolver uma relação com a vida espiritual. E, simultaneamente, a experiência impacta a consciência de cada ser de forma única e individualíssima. Talvez resida aí a possibilidade de uma compreensão basilar do autoextermínio.

Sendo assim, a somaticidade é um componente essencial do “ser-homem”, mas o homem é mais do que o permite ser o seu corpo; com o pensamento, o homem se desloca a qualquer ponto do espaço; tem um olhar amplo que não é o dos sentidos; a somaticidade humana é cheia de consciência, aberta no “ser”; é a manifestação de alguma coisa que a ultrapassa; é o símbolo de uma realidade que a permeabiliza e extrapola; ela manifesta condições e estados (bondade, malícia, prazer, preguiça, luxúria, avareza e muito mais). É no corpo que lemos esses estados; portanto, é importante o estudo da corporeidade para a determinação do “ser-homem”, mas com certeza isso não é suficiente, não nos faz conhecer a verdadeira natureza da somaticidade, que só pode ser revelada através da realidade íntima de que o corpo é a epifania (a alma).

Conforme dispõe Brenner (1987), a teoria psicanalítica é um corpo de hipóteses a respeito do funcionamento e do desenvolvimento da mente no homem. Tal teoria parte da psicologia geral e compreende as relevantes contribuições que se realizaram em relação à psicologia humana. Além disso, é importante compreender que se trata de uma teoria que se interessa tanto pelo funcionamento mental normal como pelo patológico (anormal), ainda que tenha derivado essencialmente do estudo e do tratamento da anormalidade.

Brenner (1987) parte de duas hipóteses fundamentais:

- O princípio do determinismo psíquico (ou da causalidade);
- A proposição de que a consciência é antes um atributo excepcional do que um atributo comum dos processos psíquicos (a consciência sob a perspectiva psicanalítica é a consciência psicológica, ou seja, o nível da vida mental do qual o indivíduo tem percepção, ao contrário dos processos inconscientes).

A consciência como atributo excepcional significa que os processos mentais inconscientes são de grande frequência e significado no funcionamento mental normal, bem como no anormal.

Para o princípio do determinismo psíquico, na mente, assim como na natureza física que nos cerca, nada acontece por acaso ou de modo fortuito. Cada evento psíquico é determinado por aqueles que o precederam, por não existir descontinuidade na vida mental.

É esse complexo ser que tem em si uma consciência que poderá levá-lo (ou não) a dar cabo de seu corpo, do “ser-homem” – fazendo-nos questionar o que levaria um ser (pensante) a encerrar a própria vida.

O que levaria ao autoextermínio

No ser humano, as emoções sempre foram desconsideradas em detrimento da razão; o privilégio histórico da racionalidade originou-se no dualismo platônico, que distinguia duas faces humanas antagônicas: a racionalidade e a emotividade. Estudiosos da neurociência afirmam que o comportamento humano deve ser guiado pela interação entre os dois componentes, tirando, assim, a questão do âmbito genuinamente filosófico e a levando para

o espaço teórico de outros saberes. A partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, a temática é revisitada pelo interesse científico voltado para os processos cognitivos, os quais incluem “as atividades mentais relacionadas à aquisição de conhecimento e conectadas ao raciocínio e à memória” (ESPERIDIÃO-ANTONIO, 2008). É ainda esse autor quem destaca que com o:

[...] desenvolvimento de novas técnicas especializadas de pesquisa em neurofisiologia e em neuroimagem, vem-se ampliando o interesse pelo estudo das bases neurais dos processos envolvidos nas emoções a partir da caracterização e das investigações sobre o sistema límbico (SL). Sabe-se, com base em diferentes resultados, que há uma profunda integração entre os processos emocionais, os cognitivos e os homeostáticos, de modo que sua identificação será de grande valia para [uma] melhor compreensão das respostas fisiológicas do organismo ante as mais variadas situações enfrentadas pelo indivíduo. (ESPERIDIÃO-ANTONIO, 2008, p. 56).

Apesar dos avanços, assim como a consciência, é quase consensual a discussão sobre a (im)possibilidade de se tratar, cientificamente, questões relativas à emoção. A ciência explica os aspectos biológicos relacionados à emoção, mas cabe ainda à Filosofia, responder-nos: “o que é a emoção?” – reação e ponto de relevância, entendemos, para o autoextermínio.

É esclarecedora a assertiva de Pereira Jr. (2008), quando prevê que:

[...] a possibilidade de existência de processos emocionais inconscientes implica [...] uma desvinculação relativa entre teoria da consciência e teoria das emoções: enquanto os processos conscientes, como quer Damásio (1996), sempre seriam acompanhados de sentimentos emocionais, seria possível haver emoções

não acompanhadas de consciência. A parte inconsciente da atividade cerebral tem sido abordada em estudos neurocognitivos através do paradigma da *emoção inconsciente*, proposto por LeDoux e seu grupo (LeDoux, 1996). Os sistemas neuronais que apoiam processos conscientes estão amplamente conectados com os sistemas que apoiam processos emocionais, porém os estudos de LeDoux têm mostrado que, em determinados casos, consciência e emoção podem ser dissociadas. (PEREIRA JR., 2008, p. 7).

É ainda esse autor quem traz uma importante contribuição para as nossas ponderações: a relação entre pensamento consciente e emoções pode ser vista como de complementaridade: pensando conscientemente a respeito de algo, são deflagradas reações corporais e emocionais que realimentam o processo de pensamento, tanto positivas (motivadoras) quanto negativas (inibidoras). Pereira Jr. (2008) afirma que “os processos de pensamento sem ação externa tendem a ser acompanhados de reações emocionais, que fornecem ao organismo [uma] avaliação prévia das possíveis consequências de se colocar em prática tais pensamentos”. (PEREIRA JR., 2008, p. 8).

Por fim, arremata Pereira Jr. (2008) dizendo que conclusões mais interessantes sobre a relação consciência/emoção dependem da compreensão dos processos cerebrais subjacentes a cada um dos fenômenos. Igualmente, Arcoverde e Soares (2012, p. 299) apontam para “a realização de investigações mais aprofundadas para verificar possíveis disfunções em regiões pré-frontais do cérebro” ser algo que se faz necessário, conforme abordam em seu artigo “Funções neuropsicológicas associadas a condutas autolesivas: revisão integrativa de literatura”, cabendo-nos diferenciar autolesão de autoextermínio, já que são ações autodestrutivas com potenciais distintos. Todavia, Aragão Neto

(2019) aproxima essas duas ações apontando para a “ideação suicida”⁶ como elemento presente na autolesão, aspecto esse que se coaduna com o nosso entendimento.

Autoextermínio: um ato (in)consciente?

Como Aragão Neto (2019) considera complexo que a consciência do ato de autolesão seja definida, assim como a intencionalidade nessa prática, também nós entendemos ser difícil apontá-la como consciente em se tratando do autoextermínio, o que poderia nos direcionar para o entendimento de que há uma prática inconsciente. Entretanto, não é tão simples como parece definir ou estabelecer a intencionalidade do autoextermínio quanto à sua prática.

O autor da célebre frase “[...] cada sociedade está predisposta a fornecer um contingente determinado de mortos voluntários”, Émile Durkheim, na obra⁷ em que trata especificamente sobre o suicídio, sob os auspícios dos estudos sociológicos, assim se expressa sobre o tema: “[...] chama-se suicídio toda morte que resulta mediata ou imediatamente de um ato positivo ou negativo, realizado pela própria vítima” (DURKHEIM, 2000, p. 11). Eis a sua primeira definição de suicídio, a qual, entretanto, considera incompleta.

Costa e Pereira Diniz (2018, p. 51), ao discordarem da expressão “suicídio exitoso”, apresentam-no como “suicídio concretizado, quando não houver sido apenas tentado”; fazem, portanto, uma referência direta ao autoextermínio, tema focal na

6 Para Aragão Neto (2019, p. 28), “[há] que se ressaltar a complexidade de definir ou estabelecer a intencionalidade e a consciência do ato”.

7 O primeiro estudo sociológico sobre o suicídio foi elaborado pelo cientista social francês Émile Durkheim, em 1897. O livro originalmente se chamou *Le suicide, étude de sociologie* (Paris: Félix Alcan, 1897).

obra delas. Elas também apontam para o termo “auto-homicídio”, usado por Castro (1999, p. 18) como uma forma de referir-se ao suicídio (COSTA; PEREIRA DINIZ, 2018, p. 70). E, retomando Durkheim (2000, p. 13), “[...] quando [...] o empenho leva ao sacrifício certo da vida, é cientificamente um suicídio”.

No entanto, este é, ao que parece, um assunto pouco divulgado em virtude de um antigo “acordo” feito entre os representantes da mídia. Portanto, este seria um tema “esquecido”, para que não causasse aumento do interesse sobre o assunto ou mesmo incentivasse atos semelhantes. Dessa forma, durante muito tempo, apenas os estudiosos, pesquisadores e profissionais diretamente relacionados às pessoas que assim agiram ou ainda aquelas pessoas que sofreram as sequelas dessa ação tinham um conhecimento maior relativo a estatísticas ou detalhamento sobre o tema.

Hodiernamente, ante a disseminação de notícias em tempo real, possibilitada pelos aparatos tecnológicos, bem como conscientes da existência de “comunidades virtuais” que compartilham praticamente tudo, os casos de autoextermínio tornam-se de conhecimento público e, dessa forma, falar sobre a temática tem propiciado mais divulgação e, por conseguinte, apreensão maior sob aspectos psicológicos, neurológicos, psiquiátricos, entre outros.

Entretanto, o questionamento mais comum permanece o mesmo: o porquê de ser o autoextermínio a “solução” buscada por algumas pessoas. Seriam os mesmos motivos apontados por Arcoverde e Soares (2012, p. 298-299), citando Keller e Werlang (2005) quando tratam da autolesão? Quais sejam: “os [...] que se engajam em tais condutas apresentam sentimentos de desesperança e baixa autoestima, não acreditando que existam alternativas mais eficazes para lidar com seus problemas”.

Neste artigo, dialogamos com outras contestações que, frequentemente, são ouvidas: Será que se matou conscientemente ou não? A emoção foi tão forte que privou o agente da consciência? Será que ele/ela perdeu momentaneamente a consciência? Como uma pessoa consegue fazer algo assim? Como ele/ela teve coragem? O que será que ele/ela pensou na hora? Sob o senso comum, avaliações são feitas, opiniões externadas, conclusões alcançadas.

Retomamos Durkheim (2000), que assim se expressa ao buscar distinguir que há um suicídio em que o agente tem consciência do ato que pratica e outro em que isso não ocorre:

O que há de comum a todas as formas possíveis [de] renúncia suprema é o ato que a consagra ser realizado com conhecimento de causa; é a vítima, no momento de agir, saber o que deve resultar de sua conduta, seja qual for a razão que a tenha levado a se conduzir assim. Todos os fatos de morte que apresentam essa particularidade característica distinguem-se nitidamente de todos os outros em que o paciente ou não é o agente de seu próprio falecimento, ou é apenas o agente inconsciente. (DURKHEIM, 2000, p. 13-14).

Importa destacarmos que “renúncia suprema”, nesse contexto, é a desistência da vida; e, “conhecimento de causa” é um eufemismo para o que neste trabalho chamamos de consciência. Portanto, Durkheim (2000), no trecho supracitado, está fazendo a distinção entre um ato consciente e outro inconsciente, em se tratando de suicídio praticado, consumado. Essa distinção levar-nos à constatação de que há, na verdade, mais de um tipo de suicídio em termos de (in)consciência.

De posse das noções aqui trazidas, os questionamentos tomam configuração diferenciada e suscitam novas reflexões. Todo indivíduo possui consciência de si, do “outro”, do mundo?

Todos são capazes de formular juízos éticos sobre o bem e o mal? É possível a todos equilibrar em si e em suas ações a racionalidade e a emotividade? E, de frente a um suposto espelho, os indivíduos suportariam os desvelamentos dos segredos de sua existência? O que é revelado pelas sombras poderia ser o “gatilho” que levaria o indivíduo ao autoextermínio?

Para algumas dessas perguntas – retóricas – enunciadas tentaremos trazer respostas que julgamos não definitivas, mas reportam nossas leituras e compreensão acerca do assunto. Entendemos que a maioria dos seres possui consciência de si e do “outro”, desde que esteja nos parâmetros considerados da normalidade, ou seja, não se encaixe no que Oliveira (2018) explicita a partir de sua leitura da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), quanto ao “transtorno mental”, que é “uma doença com manifestação psicológica associada a algum comprometimento funcional resultante de disfunção biológica, social, psicológica, genética, física ou química” (p. 38). Quanto ao juízo ético e a respeito da distinção entre o bem e o mal, novamente vamos nos pautar na mente sã (corpo são), ou seja, não patológica, pois os indivíduos que têm alguma psicopatia podem ser desprovidos dessa postura ética desejável socialmente.

Em seus estudos sociológicos versando sobre o suicídio, o que pode, inclusive, ser reconhecido como “uma nova ciência: a SUICIDOLOGIA” (D’ASSUMPCÃO, 2021, p. 23), Durkheim (2000) esclarece que:

[...] a base da vida mental é a mesma no monomaniaco e no homem são de espírito; só que, no primeiro, um estado psíquico se destaca dessa base comum com um relevo excepcional. A monomania, com efeito, é simplesmente, na ordem das tendências, uma paixão exagerada e, na ordem das representações, uma ideia falsa, mas de tal intensidade que obseda o espírito e lhe tira toda liberdade. (DURKHEIM, 2000, p. 35).

Lembrando que o monomaniaco, ainda nos ensinamentos de Durkheim (2000, p. 34), “é um doente cuja consciência é perfeitamente sã, salvo em um ponto; ele apresenta apenas uma tara, e nitidamente localizada”. Portanto, para o mesmo autor bastaria “que um movimento um pouco violento da sensibilidade [viesse a] perturbar o equilíbrio mental para que a monomania [aparecesse]”. E, numa associação previsível entre essa patologia e o suicídio, diz Durkheim (2000):

[...] ora, tudo indica que os suicídios geralmente têm lugar sob a influência de alguma paixão anormal, que esta esgota sua energia de uma só vez ou só a desenvolve a longo prazo; cabe até mesmo acreditar, com aparente razão, que é sempre preciso haver alguma força desse gênero para neutralizar o instinto de conservação, tão fundamental. Por outro lado, muitos suicidas, afora o ato especial pelo qual dão fim a seus dias, não se singularizam de modo algum dentre os outros homens; por conseguinte, não há razão para lhes imputar um delírio geral. (DURKHEIM, 2000, p. 35).

Porém, mesmo parecendo a solução para o problema do autoextermínio, sabemos que “hoje essa opinião está universalmente abandonada”, nas palavras do próprio Durkheim (2000, p. 36) quando nos esclarece que:

[...] com certeza não se pode demonstrar diretamente, pela observação, que não existem monomanias; no entanto está demonstrado que não se pode citar delas um só exemplo incontestável. Nunca a experiência clínica foi capaz de detectar uma tendência doentia do espírito numa situação de verdadeiro isolamento; todas as vezes que uma faculdade é lesada, as outras o são ao mesmo tempo, e, se os partidários da monomania não perceberem essas lesões concomitantes, é porque conduziram suas observações de maneira errada. (DURKHEIM, 2000, p. 36).

Falar em equilíbrio, sobretudo entre racionalidade e emotividade, é, uma vez mais, lançarmos mão do sujeito em sua normalidade física e mental.

Segundo Freitas (1989), a afetividade é a capacidade natural, original e espontânea para experimentar sentimentos de prazer ou dor. Não é um sentimento particular, mas a condição de todos os sentimentos, o conjunto de fenômenos de ordem afetiva que se desenvolvem e atuam na consciência. A afetividade pode ser assumida e orientada pela inteligência e vontade – mantendo sua relativa autonomia –, imprimindo à atividade pessoal coloração e tonalidade específicas.

É ainda Freitas (1989) que traz um detalhamento sobre a emoção, conceituando-a em seu sentido mais rigoroso como sendo “toda reação psíquico-fisiológica de grande intensidade afetiva, provocada por uma situação nova ou inesperada” (p. 55). É uma experiência complexa na qual fatores de ordem psicológica aparecem intimamente ligados aos fenômenos de natureza fisiológica – alterações orgânicas, internas ou externas, mais ou menos profundas.

Assim, ante uma situação nova e imprevista, os elementos constitutivos da vivência emotiva do indivíduo se organizam à procura da melhor resposta. Para tais situações ele (indivíduo) possui antecipações perceptivas ou cognitivas para uma resposta pronta e imediata; entretanto, quando esses recursos não são suficientes, surge a reação emotiva, causando certa desorientação, e por isso o sujeito reage desordenadamente, permitindo que o automatismo dos reflexos se sobreponha à lucidez da reflexão. Faz-se necessária a menção de que esse processo é observado tanto nas emoções positivas quanto negativas e que são sempre relativas ao sujeito que as experimenta.

Talvez resida exatamente no desequilíbrio o *start* para a ideiação suicida que pode resultar em autoextermínio. Para D'Assumpção (2021):

[...] desde os estudos de Durkheim, muito se tem buscado e conseguido explicar neste campo ainda tão cheio de mistérios. Contudo, até hoje se pode afirmar que, para os familiares de um suicida, dificilmente teremos uma resposta definitiva, absolutamente satisfatória, para explicar a opção radical de seu ente querido, seu ato extremo. (D'ASSUMPÇÃO, 2021, p. 23).

Isso nos remete, então, a estudos de Arcoverde e Soares (2012) e, igualmente, à tese de Aragão Neto (2019). As duas primeiras autoras, definindo a conduta autolesiva, mencionam ser um comportamento “complexo e [que] pode ter inúmeras motivações biológicas, psicológicas e/ou sociais” (p. 293). Convergingo com o que tais autoras definem, Aragão Neto (2019, p. 25), ao citar a pesquisa de Klonsky *et al.*, apresenta no item 1 (Regulação de Afeto), da Tabela 3 (Escala ISAS)⁸, a motivação revelada com as respostas dos jovens entrevistados, as quais apontam para o que, preliminarmente, pode vir a confluir para a ideiação suicida.

Esse elo entre a autolesão e a ideiação suicida é, concordamos, possível e passível de acontecer quando um ato futuro de suicídio venha a comprovar que, anteriormente, aquele ser havia praticado algum tipo de autolesão. Ao encerrar sua vida (prática conclusiva do autoextermínio), liga as situações que ora são discutidas. Aragão Neto (2019, p. 27), na tese *Autolesão sem intenção suicida e sua relação com ideiação suicida*, traz a visão

8 Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37075/1/2019_CarlosHenriqueDeArag%C3%A3oNeto.pdf. Acesso em: 29 abr. 2022.

de vários autores acerca dessa ligação, ou seja, “ASIS⁹ e suicídio são fenômenos complexos e multideterminados. Ocorrem numa interação entre fatores [biopsicossociais], aspectos cognitivos, ambientais, fisiológicos, interpessoais e afetivos”.

Sendo assim, a afetividade ou a regulação do afeto, sobretudo na fase apontada como “estase” – a saber, “estado em que alguém se encontra impedido ou se considera incapaz de agir, tomar decisões, resolver problemas” –, pode ser um “gatilho” que se inicia com a autolesão, pode passar (ou perpassar) pela ideação suicida e, com isso, chegar até ao suicídio. Todavia, mesmo sendo um processo, um estado identificado por quem discute o tema, ainda assim, não podemos considerá-lo como consciente.

Segundo Ferreira (2001, p. 16), acontecimentos diários esgotam a resistência do indivíduo, envolvido na agitação cotidiana, o que requer dele grandes esforços e um trabalho mental contínuo para o estabelecimento de um equilíbrio relativo para o próprio sustento, e não obtendo êxito, as patologias emocionais explodem com intensidade.

Talvez seja por isso que Damásio (1994, p. 15) assim se expresse quanto à razão:

[...] é provável que as estratégias da razão humana não se tenham desenvolvido, quer em termos evolutivos, quer em termos de cada indivíduo particular, sem a força orientadora dos mecanismos de regulação biológica, dos quais a emoção e o sentimento são expressões notáveis.

Em se tratando de emoção, Damásio (1994, p. 15) assim se refere:

⁹ ASIS é a autolesão sem intenção suicida. Ver Aragão Neto (2019).

[...] as emoções e os sentimentos, juntamente [à] oculta maquinaria fisiológica que lhes está subjacente, auxiliam-nos na assustadora tarefa de fazer previsões relativamente a um futuro incerto e [a] planejar as nossas ações de acordo com essas previsões.

O mesmo autor conclui, então, que:

[...] os sentimentos permitem-nos entrever o organismo em plena agitação biológica, vislumbrar alguns mecanismos da própria vida no desempenho das suas tarefas. Se não fosse a possibilidade de sentir os estados do corpo, que estão inerentemente destinados a ser dolorosos ou apazíveis, não haveria sofrimento ou felicidade, desejo ou misericórdia, tragédia ou glória na condição humana. (DAMÁSIO, 1994, p. 18).

Nessa citação, Damásio está falando também de experiências humanas. Quanto a Sousa (2017, p. 240), nos informa que “[o] desafio [...] é fornecer uma descrição da experiência consciente, ou seja, a descrição de uma vida mental privada e subjetiva oriunda da experiência”, em outras palavras, “ainda não é possível observar a experiência consciente em um contexto experimental para gerar dados sobre a relação entre propriedades físicas e a experiência”.

Desta forma, não vamos nos atrever a apontar para suposições que não têm ainda uma resposta cientificamente comprovada, como é o caso da nossa pergunta sobre o suportar os desvelamentos dos segredos de nossa existência. Esse desvelar seria necessário para seguirmos com vida? Talvez o “gatilho” para um autoextermínio não esteja numa “arma” apontada para si, mas no próprio cérebro da pessoa que, em algum momento, começou a pensar em desertar da vida.

Realidade

O autoextermínio é fato. É uma ação realizada por pessoas de diversas faixas etárias, de todos os gêneros, de todas as classes sociais; inclui do analfabeto ao alfabetizado. É realizado em qualquer dia, horário ou lugar. É um ato que pode ser impulsivo, mas na maioria das vezes evidencia um “preparo”.

Na obra *Uma luz sobre o suicídio*, Costa e Pereira Diniz (2018, p. 55) apresentam uma proposta de dinâmica trazida em um laudo técnico-pericial, na qual é possível sejam reconstruídos mentalmente os atos precedentes à concretização do ato por seu/ sua perpetrante.

Os meios são diversos, os materiais distintos. É uma ação consciente? Segundo Walsh (2012), citado por Aragão Neto (2019, p. 28): “[a] intenção suicida [é] de cessar a consciência”. Mari (2021), desbastando o texto de Peters, traz a seguinte assertiva: “...para qualquer tipo de ação que realizamos, há sempre uma ação-objeto e ações-suporte [...e] dentre as ações que são suporte existiriam ações inconscientes?”.

Brenner (1987) prevê que:

[...] a consciência, ainda que seja uma característica importante das atividades da mente, não é de modo algum uma característica necessária. Acreditamos que a consciência não necessita participar, e frequentemente não participa, inclusive das atividades mentais que são decisivas na determinação do comportamento do indivíduo, ou daquelas que são as mais complexas e as mais precisas em sua natureza. Tais atividades – mesmo as complexas e decisivas – podem ser completamente inconscientes. (BRENNER, 1987, p. 30).

Para os estudiosos que asseveram que a emoção não é um estado consciente, seria razoável imaginar que nenhum autoextermínio é “influenciado” por emoção? E como ficam as ações de “preparo” (aquisição de uma corda, escolha de um local que suporte o peso do indivíduo, acesso para a feitura do laço e detalhes outros afins ao caso da morte por asfixia)? Não perpassou nesse “preparo” nenhuma emoção?

Retornando a Nagel (2005), a consciência é que torna o problema mente/corpo realmente intransitável. Por conseguinte, fazer a passagem poderia ser fatídico.

(In) conclusu

Temos a convicção de que muito ainda será estudado, pesquisado e relatado sobre as investigações que têm a consciência e a emoção como objeto de inquirição, principalmente na relação de ambas com o autoextermínio, conforme nos sentimos motivadas a fazê-lo neste artigo.

Consideramos que o homem precisa ser examinado na sua integralidade como corpo e alma; é imprescindível o cuidado com a saúde física e mental, esta última passível de ter manifestações sutis e variadas, apresentando complexidades de difícil detecção.

Estudos, tratamentos e prevenções ainda deixam muito a desejar e as conclusões obtidas são incapazes de explicar fatos que se sucedem continuamente, evidenciando uma vasta gama de casos, uma diversidade de fatores (“gatilhos”) e/ou a fragilidade de alguns conceitos emitidos até o momento.

O que relatamos acerca dos estudos realizados, no sentido da apreensão da consciência, foram tópicos abordados pela perspectiva do “espelhamento” – uma observação acurada do

homem sobre si mesmo, como se estivesse frente a um espelho, conforme Mari e Silveira (2021) enfocam –, que pudesse examinar detidamente sua constituição (humana), buscando desvelar os mistérios existenciais e, assim, conhecer, compreender e explicar a si. Tudo isso com direcionamento para o autoextermínio, uma ação que é reconhecida pela maioria das pessoas como sendo proveniente de algum tipo de transtorno emocional e/ou mental do autor-vítima, embora saibamos da corrente teórica que aponta para um ato consciente e advindo de pessoas que não apresentam os chamados distúrbios biopsicossociais.

Pode ser que a grande questão resida no fato de entendermos até que ponto a inconsciência tem autonomia sobre o sujeito e vice-versa e, uma vez que a consciência não penetre nos meandros da inconsciência para a dominar e a levar à execução conforme a vontade subjetivamente expressa, é possível que perdure a dicotomia entre suicídio por ação consciente e um (pseudo) suicídio por um fator inconsciente, suficientemente forte para que o ser humano abandone a vida em seu sentido irreversível. A saber, chamamos de (pseudo)suicídio o ato inconsciente, uma vez que a vontade do sujeito que praticou o ato de terminar com a própria vida encontra-se momentaneamente (ou não) suprimida.

Os questionamentos acerca da relação da consciência com a ação suicida foram lançados com o objetivo de reflexão, haja vista que, nem a primeira, nem a segunda são compreensíveis na integralidade e, até o momento, as perguntas não recebem respostas categóricas, como também o apontam em seus estudos Arcoverde e Soares (2012), quando tratam de autolesão – a qual associamos à ideação suicida, como também o faz Aragão Neto (2019) em sua tese.

De acordo com relatos de experiências advindas da

observação clínica realizada por Damásio (1994), as sequelas de alguns transtornos mentais ocasionam uma mudança comportamental, alterando a forma de raciocínio ou emotividade, o que nos leva à conclusão do imbricado movimento que tanto um (o raciocínio) quanto a outra (a emotividade) realizam na (in) consciência.

Talvez advenha daí a dificuldade em se traçar um perfil para os sujeitos que praticam o autoextermínio, pois somos incapazes de prevenir as ações decorrentes desses estados, uma vez que tanto o sujeito racional, surpreendido por uma circunstância fortemente emotiva, pode ultrapassar a linha considerada “normal” (ou sair da sensatez) e praticar o autoextermínio, quanto aquele que, desequilibrado emocionalmente, em decorrência de algum “gatilho”, pode agir concretizando o suicídio.

Destarte, ficou compreensível para nós que existem ainda questões a serem respondidas, que não há consenso entre os estudiosos, que muito há para ser descortinado, tanto no que concerne ao aparato biológico quanto ao que diz respeito ao aparato mental do ser humano, ficando a cargo da neurociência, com anteparos filosóficos, quiçá, as futuras descobertas acerca dos meandros da (in)consciência do ato de se matar (com ou sem aviso prévio; com ou sem explicação do feito).

O caminho trilhado parece ser o adequado: aprofundamento teórico, relatos de experiência e o uso da tecnologia; e, obviamente, a firmeza de se observar a imagem refletida no suposto espelho... desvelando o que ainda precisa sair das sombras e de cada sujeito.

Referências

ARAGÃO NETO, C. H. **Autolesão sem intenção suicida e sua relação com ideação suicida**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura). Departamento de Psicologia Clínica. Brasília: Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37075/1/2019_CarlosHenriqueDeArag%C3%A3oNeto.pdf. Acesso em: 29 abr. 2022.

ARCOVERDE, R. L.; SOARES, L. S. Funções neuropsicológicas associadas a condutas autolesivas: revisão integrativa de literatura. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 25, n. 2, p. 293-300, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/wPRTvMq4r59NXnkFGrwCRFg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BRENNER, C. **Noções básicas de psicanálise**: introdução à psicologia psicanalítica. 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Imago, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

CASSORLA, R. M. S. **O que é suicídio**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, L. R.; PEREIRA DINIZ, M. B. N. **Uma luz sobre o suicídio**. Belo Horizonte: Ed. das autoras, 2018.

DAMÁSIO, A. R. **O erro de Descartes** – emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

D'ASSUMPCÃO, E. A. **Suicídio**: como entender e lidar com essa trágica realidade. Petrópolis: Vozes, 2021.

DURKHEIM, E. **O suicídio**: estudo de sociologia. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000 (Coleção Tópicos).

DUROZOI, G.; RUSSEL, A. **Dicionário de Filosofia**. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

ESPERIDIÃO-ANTONIO, V. *et al.* Neurobiologia das emoções. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 35, n. 2, p. 55-65, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpc/a/t55bGGsRTmSV>

- TgrbWvqnPTk/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 23 abr. 2022.
- FERREIRA, I. **Psiquiatria em face da reencarnação**. 9. ed. São Paulo: Edições FEESP, 2001.
- FREITAS, M. C. Afectividade. In: Coleção Logos – **Enciclopédia Luso-brasileira de Filosofia**. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1989, v. I, p. 75.
- FREITAS, M. C. Emoção. In: Coleção Logos – **Enciclopédia Luso-brasileira de Filosofia**. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1989, v. II, p. 55.
- MARI, H.; NAGEL, T. **Como é ser um morcego?** In: Seminário de Estudos Avançados: Sistemas Perceptivos VII. Programa de Pós-Graduação em Letras. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2021.
- MARI, H.; PETERS, F. **Consciousness should not be confused with qualia**. In: Seminário de Estudos Avançados: Sistemas Perceptivos VII. Programa de Pós-Graduação em Letras. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2021.
- MARI, H.; SILVEIRA, J. C. C. Desafios e controvérsias sobre a consciência. Prefácio da Edição da **Revista Simbio-Logias** v.13, n.19, 2021. Botucatu, SP: Unesp.
- MONDIN, B. **O homem, quem é ele?** Elementos de antropologia filosófica. São Paulo: Paulus, 1980.
- NAGEL, T. Como é ser um morcego? **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**. Campinas, série 3, v. 15, n. 1, p. 245-262, jan./jun. 2005.
- OLIVEIRA, F. **Psiquiatria, física quântica e espiritualidade: uma nova ciência para uma velha mística ou uma velha mistificação para uma nova ciência?** Belo Horizonte: Ed. Artesão, 2018.
- PEREIRA JR., A. **Introdução à teoria da consciência**. Disponível em: <https://researchgate.net/publication/349867243>.

Acesso em: 30 mar. 2022.

RUSS, J. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

SOUSA, R. S. O dualismo mente-corpo compatível com a concepção científica do mundo no pensamento de Chalmers. **Revista Ideação**, n. 36, p. 235-243, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/article/view/3157>. Acesso em: 27 mar. 2022.